

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.393 - PR (2019/0019212-0)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
SUSCITANTE : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
SUSCITADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
INTERES. : WALMIRA RIBEIRO DOS SANTOS
ADVOGADO : JACOB GONÇALVES MACEDO - PR017093
INTERES. : UNIÃO
PROCURADOR : JAIME JOSÉ BILEK IANTAS - PR015357

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, nos autos de Recurso Ordinário ajuizado por Walmira Ribeiro dos Santos.

A Justiça Federal declarou-se incompetente para julgar e processar a demanda, por entender que "a sentença deve ser anulada, por entender que a Justiça Federal não é competente para processar e julgar o presente feito" (fl. 26, e-STJ).

Por sua vez, a Justiça do Trabalho também se reputou incompetente e suscitou o presente Conflito.

Dispensado o parecer do Ministério Público Federal com base no art. 178 do Código de Processo Civil/2015.

É o **relatório**.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 25.1.2019.

In casu, conforme relatado, Walmir Ribeiro dos Santos, servidor do Serviço Federal de Processamentos de Dados - SERPRO cedido à Delegacia da Receita Federal do Brasil em Maringá/PR, propôs Ação Ordinária, na Justiça Federal, contra a União, visando à definitiva cessação dos descontos dos auxílios-alimentação, previsto em Acordo Coletivo de Trabalho, bem como a restituição dos valores descontados desde 24.4.2009, dentre outros.

Na Justiça Federal, o Juízo suscitado declinou da competência para a Justiça do Trabalho, tão somente por entender que o autor, servidor de empresa pública federal, possui vínculo jurídico regido pela CLT, enquanto o Juízo suscitante observou que, "apesar de o Autor manter contrato de trabalho sob o regime com o SERPRO, a pretensão de cessação e devolução dos descontos atinentes ao celetista auxílio-alimentação no pagamento das diárias é estranha à relação empregatícia, dizendo respeito tão somente à função que o Reclamante ocupa junto à entidade cessionária, cuja natureza é jurídico-administrativa" (fl. 5, e-STJ).

Nos termos do art. 109, I, da Constituição Federal, compete aos juízes federais processar e julgar "as causas em que a União, entidade

autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, **rés**, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho".

O Superior Tribunal de Justiça tem firme jurisprudência no sentido de que "a competência da Justiça Federal, prevista no art. 109, I, da Constituição Federal, é fixada, em regra, em razão da pessoa (competência *ratione personae*), levando-se em conta não a natureza da lide, mas, sim, a identidade das partes na relação processual" (STJ, CC 105.196/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 22.02.2010).

Além disso, "a definição da competência para a causa se estabelece levando em consideração os termos da demanda (e não a sua procedência ou improcedência, ou a legitimidade ou não das partes, ou qualquer outro juízo a respeito da própria demanda). O juízo sobre competência é, portanto, lógica e necessariamente, anterior a qualquer outro juízo sobre a causa. Sobre ela quem vai decidir é o juiz considerado competente (e não o Tribunal que aprecia o conflito). Não fosse assim, haveria uma indevida inversão na ordem natural das coisas: primeiro se julgaria (ou pré-julgaria) a causa e depois, dependendo desse julgamento, definir-se-ia o juiz competente (que, portanto, receberia uma causa já julgada, ou, pelo menos, pré-julgada)" (STJ, CC 121.013/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 03.04.2012).

No mesmo sentido: CC 153.863/PR, Relatora Ministra Assusete Magalhães, Primeira Turma, DJe 6.11.2017.

Ante o exposto, **conheço do presente Conflito e declaro competente para a causa o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o suscitado.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator